

INSISTINDO EM COZINHAR COM UMA RECEITA FALIDA

Uma análise das recomendações do FMI sobre gastos sociais, serviços públicos, impostos e igualdade de gênero em diferentes países.

Resumo das conclusões



Synthia Ndawana é coordenadora de saúde em uma escola de ensino secundário na província de Manicaland, no Zimbábue. Diariamente, Synthia testemunha em primeira mão o impacto da falta de recursos nos serviços públicos. No entanto, a dedicação dela e o empenho de outros trabalhadores do setor público têm limites se não houver uma mudança sistêmica mais ampla na estrutura de financiamento.

CRÉDITO: ACTIONAID

O Fundo Monetário Internacional (FMI) afirma ter mudado. Em um discurso de 2014, sua diretora-gerente, Christine Lagarde, declarou que ele não é mais “o FMI da sua avó”, isto é, a instituição que notoriamente impôs programas de ajustes estruturais nos anos 1980, dilacerando economias, reduzindo drasticamente os gastos sociais e minando o desenvolvimento (IMF 2014). O FMI agora afirma ter encontrado um novo foco em gastos sociais e igualdade de gênero, que passou a defender a educação e a saúde, e agora ajuda os países a aumentar a arrecadação de impostos para financiar o desenvolvimento sustentável.

A ActionAid tem documentado o impacto das políticas do FMI ao longo das últimas duas décadas, publicando uma série de relatórios, incluindo: Compromissos Contraditórios (2005), Confrontando as Contradições (2007), O público versus a austeridade (2021), A Contradição do Cuidado (2022), Cinquenta Anos de Fracasso (2023) e O custo humano dos cortes públicos (2025). Para este último relatório, analisamos as recomendações de política do FMI em níveis nacionais sobre **dívida, gastos sociais, salários do setor público, política tributária e igualdade de gênero**.

Estudamos documentos do FMI sobre 11 países ao longo de um período de três anos (fevereiro de 2022 a fevereiro de 2025), analisando as recomendações do FMI em consultas do Artigo IV, acordos de empréstimo e documentos de assistência técnica relacionados. Os países que selecionamos (**Brasil, Gana, Malawi, Nepal, Nigéria, Quênia, Reino Unido, Senegal, Uganda, Zâmbia e Zimbábue**) são deliberadamente diversos, provenientes de diferentes regiões e grupos de renda, para nos permitir determinar se as recomendações do FMI foram verdadeiramente contextualizadas para cada país, ou se o FMI simplesmente recorreu ao seu manual de instruções “desatualizado”.



act:onaaid



TWN
Third World Network



A retórica do FMI certamente mudou. Agora expressa “preocupações com a desigualdade e a necessidade de apoiar grupos vulneráveis” e diz que “tem aumentado seu envolvimento em questões de gastos sociais” (IMF 2019a). Afirma que seus objetivos políticos deveriam abordar a inclusão e foco na melhoria da “qualidade, e não apenas a quantidade, da educação e dos cuidados de saúde” (IMF 2021). O Departamento de Assuntos Fiscais do FMI, em Washington, produziu relatórios convincentes argumentando que os países podem – e devem – aumentar a arrecadação de impostos para fazer progressos significativos nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (IMF 2019b). O FMI afirma estar integrando a perspectiva de gênero e argumenta que a redução das disparidades de gênero caminha lado a lado com o crescimento econômico, a estabilidade e a resiliência, bem como com a diminuição da desigualdade de renda (IMF 2022).

A ActionAid já havia alertado para o abismo entre a retórica do FMI em Washington e suas recomendações aos países, e este relatório examina essa questão mais a fundo. Em resumo, constatamos uma discrepância gritante entre o conteúdo dos documentos de política externa de Washington e os documentos específicos de cada país. Mesmo dentro desses documentos, frequentemente encontramos um contraste entre a linguagem utilizada na narrativa, que considerava as implicações sociais, e a dura realidade dos números presentes nas estimativas quantitativas do FMI.

Ao todo, constatamos que, na prática, as recomendações de política do FMI praticamente não haviam mudado em relação às oferecidas durante a desacreditada era dos programas de ajustes estruturais. Seu ponto de partida era reforçar a importância primordial de os países pagarem todas as suas dívidas, sem oferecer quaisquer soluções sistêmicas para abordar as causas estruturais das crises de dívida. Como resultado, os países são deixados à própria sorte para absorver as desigualdades e as falhas do sistema. Isso continuou sendo o caso durante todo o período do estudo, mesmo com 54 países em crise de dívida (UNDP 2022), visto que o FMI continuou a atuar como cobrador ou executor de dívidas (Afrodad s.d.). Os países foram forçados pelo FMI a pagar suas dívidas, mesmo que isso significasse explorar o trabalho remunerado e não remunerado das mulheres a níveis insustentáveis, obrigando as pessoas a contrair dívidas adicionais para ter acesso a cuidados de saúde ou a morrer prematuramente por falta de serviços de saúde, e negando a milhões de crianças o seu direito à educação (Nation 2022). Para o FMI, não existe crise sistêmica, desde que os credores sejam pagos.

O que é austeridade?

Austeridade, ou consolidação fiscal, é um pacote de políticas que normalmente envolve uma combinação de cortes no orçamento público, congelamento da folha de pagamento do setor público, demissões de servidores públicos, aumentos regressivos nos impostos sobre o consumo, redução de impostos progressivos sobre renda, patrimônio e herança, reformas da previdência e da seguridade social, reformas do mercado de trabalho ou “flexibilização” (reduções nos direitos trabalhistas, incluindo o direito à sindicalização e à negociação coletiva), redução ou eliminação de subsídios e privatização de ativos públicos, inclusive por meio do fortalecimento de parcerias público-privadas (cf. ActionAid 2022a, Ortiz e Cummins 2022).

O papel fundamental do FMI continua sendo o de proteger os credores, e os meios pelos quais o faz são os mesmos da década de 1980: impondo austeridade. Isso pode ser disfarçado de diálogo entre o FMI e os governos. De fato, o FMI sempre insiste que os processos são liderados pelos países, que os governos estão no comando e que os documentos publicados representam acordos, não imposições. Mas, ao analisarmos esses 11 países diversos, encontramos um conjunto semelhante de recomendações e um conjunto similar de lacunas.

Há surpreendentemente pouca orientação contextualizada, com a preferência sendo dada a conselhos orientados por uma ideologia subjacente e persistente. Existem alternativas, mas o FMI não ofereceu caminhos econômicos diferentes nos documentos que analisamos. Apesar de seus analistas no Departamento de Assuntos Fiscais em Washington sugerirem uma expansão ousada da arrecadação de impostos para financiar aumentos nos gastos com saúde e educação, as recomendações do FMI a nível nacional contavam uma história diferente (IMF 2019b).

Se o FMI estivesse verdadeiramente comprometido com o aumento dos gastos sociais e com a promoção da igualdade de gênero, buscaria soluções estruturais para a grave e crescente crise das dívidas que estão minando esses mesmos

objetivos. Em vez de oferecer soluções para que países individualmente absorvam as desigualdades sistêmicas, o FMI deveria se engajar globalmente para defender o cancelamento urgente das dívidas e a criação de uma arquitetura global de dívida mais justa. Existem opções claras em discussão, como a Convenção das Nações Unidas sobre a Dívida Soberana, proposta por nações africanas na Quarta Conferência das Nações Unidas sobre Financiamento para o Desenvolvimento (FfD4) ([Eurodad s.d.](#)).

Em vez disso, o FMI se recusa a reconhecer a dimensão da crise da dívida ou suas causas sistêmicas. Seu Diretor Adjunto declarou em 2025 que “O risco de uma crise sistêmica da dívida parece estar amplamente contido” ([IMF 2025c](#)), enquanto 75% dos países de baixa renda gastaram mais com o pagamento de suas dívidas do que com saúde, e 50% gastaram mais pagando credores do que com educação ([ActionAid 2025b](#)). Para a maioria dos países de baixa renda, a dívida é hoje o maior obstáculo ao aumento dos gastos sociais e dos serviços públicos. Em vez de reconhecer isso e usar seu considerável poder para agir, o FMI manteve seu papel como o maior cobrador de dívidas do mundo.

O FMI pode alegar que não é mais “o FMI da sua avó” mas, em suas práticas e ideologia fundamentais, permanece inalterado. Com sua mentalidade ultrapassada e falta de compreensão da igualdade de gênero, não cumpre seu propósito. **Chegou a hora de o FMI ser aposentado, não reformado.**

Entretanto, os governos nacionais dos países de baixa renda devem ouvir seus cidadãos, que exigem o fim do controle coercitivo do FMI sobre suas economias e o fim da austeridade. **Uma crescente convergência de movimentos populares, sindicatos e coligações clama por uma nova era de libertação econômica.** Chegou a hora de romper com as correntes coloniais enferrujadas e expandir urgentemente as demandas por reformas fundamentais na arquitetura financeira global.

O acordo histórico de março de 2026 para uma resolução da ONU sobre reparações pelos “erros históricos” da escravidão seguiu o Ano das Reparções, da União Africana, em 2025 ([UN News 2026](#)). Sob o tema “Justiça para africanos e afrodescendentes por meio de reparações”, a União Africana tinha como objetivo garantir reparações pela escravidão, colonialismo e Apartheid, declarando o período de 2026 a 2036 como a Década das Reparções, para defender a compensação, a restituição de bens culturais e o alívio da dívida. Precisamos nos unir em torno das negociações para levar uma Convenção Tributária progressista da ONU e uma nova Convenção da ONU sobre Dívida Soberana para votação na Assembleia Geral da ONU, em 2027. Somente criando espaços multilaterais novos e justos poderemos começar a dismantelar o poder dos governos do Norte Global – mantido por instituições arcaicas e antidemocráticas como o FMI.



Bridget é enfermeira e integrante do Movimento de Jovens Mulheres Urbanas em Acra, Gana. Ela comenta: “Quero que todas falem a mesma língua; o feminismo significa que podemos aprender e avançar juntas.”
CRÉDITO: INDIRA ECHERUO / ACTIONAID

Principais Evidências e Constatações

O FMI e a dívida

Sobre as dívidas, descobrimos que mais de 50 países estão atualmente em crise de dívida e muitos outros correm sério risco de entrar em crise. Nossa análise mostra que as causas dessas crises residem principalmente em forças globais – incluindo o impacto das guerras na Ucrânia e no Oriente Médio, o aumento das taxas de juros globais e uma arquitetura financeira internacional injusta. No entanto, o FMI, na prática, lida com os países endividados caso a caso – culpando os governos e dando a impressão de que foram os empréstimos irresponsáveis e a má governança que levaram às crises de dívida. Apesar de toda a sua retórica, o FMI existe fundamentalmente para garantir que os países paguem suas dívidas, servindo aos interesses de seus principais acionistas no Norte Global – sendo tanto “juiz” quanto “júri” nos processos de renegociação da dívida. Durante esta pesquisa, descobrimos:

- **O FMI não relacionou a dívida a gastos sociais.** Em todos os oito países africanos estudados, nenhum documento do FMI comparou os pagamentos da dívida externa com gastos em saúde ou educação, nem avaliou as compensações políticas, apesar de o pagamento da dívida exceder os gastos com saúde em sete dos oito países africanos.
- **A reestruturação das dívidas foi insuficiente e tardia.** Nos casos em que o FMI apoiou a reestruturação, as dívidas não foram reduzidas o suficiente para restaurar um espaço fiscal significativo, e os cortes de gastos foram sempre uma constante.
- **As avaliações de sustentabilidade da dívida (ASD) foram socialmente imparciais.** Os Acordos de Suporte à Dívida (ASDs) priorizaram a capacidade de pagamento e não levaram em consideração as necessidades de gastos sociais ou as obrigações dos países em matéria de direitos humanos, vinculando os governos à austeridade independentemente do custo humano.
- **Os países sob orientação do FMI permaneceram em situação crítica.** Após anos de contínuas imposições do FMI, dos oito países africanos estudados, dois estavam em situação de endividamento crítico, três em alto risco e três em risco moderado.



Vitima Kalua trabalha com educação inclusiva em uma escola de ensino médio que atende 65 alunos com deficiência no Malaui. Ela comenta: “O primeiro investimento deveria começar pela capacitação e pela motivação de mais professores especializados em educação inclusiva. No entanto, a crescente dívida pública está se tornando preocupante e prenuncia um cenário desolador para profissionais da linha de frente como eu. No meu caso, apesar de ter buscado qualificação de nível superior na área de educação especial, sinto-me menos valorizada. O salário que recebo é muito baixo em comparação com o custo de vida crescente.”

CRÉDITO: FLETCHER SIMWAKA/ ACTIONAID

Recomendações do FMI sobre gastos sociais

Em relação aos gastos sociais, encontramos inconsistências entre os documentos quanto ao que o FMI considera como gasto social. A linguagem progressista nas seções narrativas raramente se traduziu em compromissos substanciais nas tabelas e projeções orçamentárias. Não encontramos evidências de apoio a programas abrangentes de proteção social ou seguridade social. As recomendações políticas sempre se concentraram na assistência social direcionada, sem qualquer análise dos problemas bem documentados com a focalização (em que grupos marginalizados têm dificuldades para acessar ou reivindicar benefícios), ou das ineficiências e custos da administração de sistemas direcionados ou condicionados à comprovação de necessidade. Embora tenha havido menção à importância da saúde e da educação, na prática o FMI regularmente recomendou gastos com

educação e saúde abaixo dos padrões internacionais reconhecidos. Houve pouca ou nenhuma análise ou recomendação sobre a importância dos gastos sociais para a promoção da igualdade de gênero. E houve um profundo silêncio sobre o impacto das crises de dívida, sem qualquer consideração sobre como reestruturar ou cancelar dívidas, mesmo para países que gastam mais com o pagamento da dívida do que com saúde e educação.

- **A retórica ultrapassou a realidade.** Houve um contraste entre o discurso sobre as recomendações de gastos sociais, em tese, e os números concretos que orientavam as recomendações do FMI, na prática.
- **As definições de gastos sociais foram inconsistentes.** O FMI incluiu diferentes itens como gastos sociais nos 11 países, muitas vezes em desacordo com suas próprias diretrizes para 2024 (IMF 2024).
- **Foi recomendado que a proteção e a seguridade social fossem direcionadas, e não universais.** O FMI reconheceu implicitamente algumas deficiências da focalização, mas não da abordagem em si, que continuou a fundamentar grande parte de suas recomendações. Ao não apoiar a universalidade, as recomendações ficaram aquém das Normas Internacionais do Trabalho aprovadas por todos os países (ILO 2012).
- **Os gastos recomendados ficaram abaixo dos compromissos globais.** O FMI frequentemente recomendava gastos em educação e saúde abaixo dos compromissos internacionais estabelecidos, como o Quadro de Incheon (2015) e a Declaração de Abuja (2001).
- **A retórica da igualdade de gênero não se traduziu em prática.** O FMI reconheceu o gasto social como uma ferramenta crucial para a igualdade de gênero, mas não vimos isso na prática.
- **Os impactos da dívida não foram analisados sistematicamente.** A medida em que o pagamento da dívida prejudica os gastos públicos ou a igualdade de gênero não foi rotineiramente explorada, apesar das claras evidências de que a dívida é o maior obstáculo ao investimento em saúde e educação (Debt Justice 2025, ActionAid 2025b).
- **Não houve qualquer reconhecimento do impacto da austeridade nos gastos sociais.** O FMI não reconheceu o impacto devastador que suas próprias políticas de austeridade tiveram na saúde, na educação e em outras áreas críticas de gastos sociais, que estão aprofundando a desigualdade de gênero e a exploração do trabalho não remunerado e sub-remunerado das mulheres.

Análise qualitativa das recomendações do FMI aos países sobre gastos sociais – fevereiro de 2022 a fevereiro de 2025

XX Regressivo: O FMI recomenda cortar ou focar gastos sociais e justifica isso com uma retórica de progressividade e/ou reconhecendo evidências sobre os impactos das medidas recomendadas na universalidade, mas desconsiderando-as. ↓	X Cego a: O FMI não considera os impactos de reformas ou cortes nos gastos sociais sobre a universalidade dos serviços públicos. ↓	/ Superficial: O FMI aborda de forma superficial os impactos das recomendações sobre gastos sociais na universalidade dos serviços públicos, sem que isso influencie a orientação ou a composição do pacote de políticas. ↓	✓ Significativo: As orientações do FMI abordam ativamente os impactos da universalidade dos gastos sociais, o que influencia a direção das políticas macroeconômicas (por exemplo, recomendações de política fiscal para aumentar os gastos sociais visando melhorar os sistemas de saúde e educação). ↓	✓✓ Transformador: A orientação do FMI sobre política macroeconômica visa explicitamente ampliar o espaço fiscal para gastos sociais redistributivos e promotores da igualdade, destinados a sistemas públicos universais e baseados em direitos de saúde e educação. ↓
BRASIL		GHANA	REINO UNIDO	
NEPAL		QUÊNIA		
NIGERIA		MALAUI		
		SENEGAL		
		UGANDA		
		ZAMBIA		
		ZIMBÁBUE		

Recomendações do FMI sobre a folha de pagamento do setor público

Sobre as **folhas de pagamento do setor público**, o FMI continuou a recomendar cortes ou congelamentos em todos os países estudados, apesar de seus contextos e pontos de partida bastante diferentes. Todos os países foram consistentemente aconselhados a reduzir a porcentagem do Produto Interno Bruto (PIB) gasta com a folha de pagamento do setor público, mesmo quando gastavam significativamente menos do que as médias regionais ou globais. Cabe notar que o FMI frequentemente argumentava que esses cortes na folha de pagamento eram necessários para “criar espaço para outras despesas prioritárias”, sem reconhecer que investir em saúde e educação é a principal prioridade. Não encontramos nenhuma avaliação com perspectiva de gênero sobre o impacto dos cortes ou congelamentos nos salários do setor público, apesar das claras evidências de que as mulheres – que representam mais de 70% da força de trabalho da linha de frente do setor público – são desproporcionalmente prejudicadas. Parece que a única maneira de defender a classe trabalhadora do setor público é por meio de greves e protestos, que têm se mostrado eficazes em pressionar governos a negociar a reversão das condições acordadas nos programas do FMI, em vez de abrir os programas do FMI a processos democráticos e ao escrutínio parlamentar, permitindo que trabalhadores e sindicatos tenham voz nas decisões econômicas.

- **Cortes e congelamentos são universais.** O FMI continuou a recomendar cortes ou congelamentos na folha de pagamento do setor público em todos os países, mesmo onde os gastos estavam significativamente abaixo das **médias regionais ou globais**.
- **Sem parâmetros de comparação, sem justificativa.** O FMI monitorou os gastos com folha de pagamento em todos os países, mas não aplicou parâmetros de referência reconhecidos internacionalmente e pressionou consistentemente por sua redução, independentemente do ponto de partida.
- **Lógica incoerente sobre gastos prioritários.** O FMI continuou a aconselhar o corte de salários para criar espaço para outras “despesas prioritárias”, sem reconhecer que o investimento em enfermeiros e docentes era, em si, a prioridade para a melhoria da saúde pública e da educação, ou analisar quem seria mais afetado por esses cortes. Os profissionais de saúde e educação só foram protegidos em casos específicos.
- **Os impactos da igualdade de gênero são ignorados.** Não houve avaliação do impacto dos cortes ou congelamentos salariais sob uma perspectiva de gênero, apesar das claras evidências de que as mulheres são desproporcionalmente prejudicadas pela perda de serviços, por serem a maioria dos trabalhadores da linha de frente do setor público, por serem as primeiras a perder o acesso a serviços precarizados e por absorverem o aumento do trabalho de cuidado não remunerado quando os serviços públicos falham.
- **A pressão pública funciona.** A pressão para defender os trabalhadores do setor público, por exemplo, através de greves e protestos, foi a única coisa que pareceu ser eficaz para levar os governos a resistir às recomendações do FMI.

Análise qualitativa das recomendações do FMI aos países sobre a folha de pagamento do setor público (fevereiro de 2022 – fevereiro de 2025)

XX Regressivo:	X Cego a:	/ Superficial:	✓ Significativo:	✓✓ Transformador:
O FMI recomenda cortar ou focar gastos sociais e justifica isso com uma retórica de progressividade e/ou reconhecendo evidências sobre os impactos das medidas recomendadas na universalidade, mas desconsiderando-as.	O FMI não considera os impactos de reformas ou cortes nos gastos sociais sobre a universalidade dos serviços públicos.	O FMI aborda de forma superficial os impactos das recomendações sobre gastos sociais na universalidade dos serviços públicos, sem que isso influencie a orientação ou a composição do pacote de políticas.	As orientações do FMI abordam ativamente os impactos da universalidade dos gastos sociais, o que influencia a direção das políticas macroeconômicas (por exemplo, recomendações de política fiscal para aumentar os gastos sociais visando melhorar os sistemas de saúde e educação).	A orientação do FMI sobre política macroeconômica visa explicitamente ampliar o espaço fiscal para gastos sociais redistributivos e promotores da igualdade, destinados a sistemas públicos universais e baseados em direitos de saúde e educação.
↓	↓	↓	↓	↓
BRASIL	NEPAL	UGANDA	REINO UNIDO	
GANÁ	NIGÉRIA	MALAUI		
QUÊNIA	ZIMBÁBUE	ZÂMBIA		
MALAUI				
SENEGAL				

Recomendações do FMI sobre política tributária e fiscal

Quanto às recomendações fiscais, ainda que o Departamento de Assuntos Fiscais tenha considerado necessários os aumentos ambiciosos na relação entre impostos e PIB para financiar os ODS, não encontramos exemplos em que o FMI tenha instado os países a alcançá-los. Além de alguns aumentos modestos, houve uma tendência contínua de reforçar o “consenso tributário”, segundo o qual o FMI reforça a ideia de que os países de baixa renda devem atingir um limite mínimo de 15% na relação entre impostos e PIB – invariavelmente inadequado. Não houve uma avaliação sistemática e consistente da progressividade ou regressividade dos sistemas tributários existentes, nem dos impactos distributivos gerais das recomendações políticas oferecidas sobre impostos, incluindo o impacto na igualdade de gênero. Houve maior interesse em impostos progressivos no Brasil e no Reino Unido, embora isso provavelmente tenha decorrido de políticas governamentais já estabelecidas, e não de recomendações do FMI. Na maioria dos casos, o FMI ainda se inclinava fortemente para o apoio ao Imposto sobre Valor Agregado (IVA), que geralmente é o mais regressivo, impondo um fardo injusto às pessoas de baixa renda, enquanto isenta os ricos de contribuir com sua justa parcela. Os poucos exemplos de aconselhamento fiscal progressivo em países de baixo rendimento (por exemplo, em matéria de imóveis ou grandes transferências de dinheiro na Zâmbia, ou subseqüentes protestos no Quênia) foram *ad hoc* e simbólicos, não inseridos numa avaliação geral da progressividade do sistema tributário ou do pacote de recomendações.

- **Abaixo dos próprios limites e recomendações do FMI.** Apesar de alguns aumentos modestos nas taxas de impostos em relação ao PIB, todos os países ficaram aquém das avaliações da equipe do FMI sobre os aumentos necessários para financiar os ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) IMF 2019b, IMF 2023a. Embora essa análise do Departamento de Assuntos Fiscais do FMI não tenha sido explicitamente incorporada às recomendações em nível nacional, frequentemente se fazia referência a um limite mínimo de 15% de relação entre impostos e PIB, invariavelmente inadequado para financiar serviços públicos de qualidade.
- **Nenhuma análise de distribuição.** Não houve uma avaliação sistemática ou consistente da progressividade ou regressividade dos sistemas tributários existentes, nem dos impactos distributivos gerais das recomendações de política tributária oferecidas e de como isso afetaria a igualdade de gênero.
- **As reformas tributárias progressivas são meramente simbólicas.** Os poucos exemplos de recomendações de cunho tributário progressivo – por exemplo, sobre impostos de propriedade ou patrimônio – foram *ad hoc* e não estão incluídos numa avaliação geral da progressividade do pacote de assessoria tributária.
- **O IVA domina.** As recomendações do FMI continuaram a centrar-se no IVA, que é regressivo por natureza, com a justificativa de expandir a base de receitas dos países (IMF 2025e).
- **Em geral, trata-se de uma consultoria tributária regressiva.** As recomendações fiscais do FMI foram geralmente regressivas e inadequadas demais para fornecer a base necessária para o financiamento de serviços públicos de qualidade (Oxfam 2026).

Análise qualitativa das recomendações do FMI aos países sobre tributação e equidade (fevereiro de 2022 – fevereiro de 2025)

XX Regressivo:	X Cego a:	/ Superficial:	✓ Significativo:	✓✓ Transformador:
O FMI recomenda cortar ou focar gastos sociais e justifica isso com uma retórica de progressividade e/ou reconhecendo evidências sobre os impactos das medidas recomendadas na universalidade, mas desconsiderando-as.	O FMI não considera os impactos de reformas ou cortes nos gastos sociais sobre a universalidade dos serviços públicos.	O FMI aborda de forma superficial os impactos das recomendações sobre gastos sociais na universalidade dos serviços públicos, sem que isso influencie a orientação ou a composição do pacote de políticas.	As orientações do FMI abordam ativamente os impactos da universalidade dos gastos sociais, o que influencia a direção das políticas macroeconômicas (por exemplo, recomendações de política fiscal para aumentar os gastos sociais visando melhorar os sistemas de saúde e educação).	A orientação do FMI sobre política macroeconômica visa explicitamente ampliar o espaço fiscal para gastos sociais redistributivos e promotores da igualdade, destinados a sistemas públicos universais e baseados em direitos de saúde e educação.
↓	↓	↓	↓	↓
MALAUI	GANÁ	QUÊNIA	BRASIL	
NIGERIA	ZIMBÁBUE	NEPAL	UK	
SENEGAL		NIGERIA		
		UGANDA		
		ZÂMBIA		

Análise simbólica de gênero do FMI

Sobre a igualdade de gênero, encontramos apenas referências simbólicas a “gênero” e pouca análise do assunto nos documentos dos países, com exceção de Uganda. Não houve avaliação do impacto de gênero em nenhuma das recomendações de política do FMI, seja sobre dívida, gastos sociais, folha de pagamento do setor público ou impostos. Isso, apesar de a literatura mais ampla demonstrar de forma convincente que as mulheres são o amortecedor dos impactos das políticas de austeridade – presas a trabalhos exploratórios e mal remunerados, enquanto assumem um fardo desproporcional do aumento do trabalho doméstico e de cuidados não remunerados devido às falhas nos serviços públicos – e, como tal, são o maior subsídio para a economia.

- **A análise de gênero está ausente ou é meramente simbólica.** Nos onze países estudados, as menções a “gênero” foram escassas e geralmente limitadas a referências passageiras ou estatísticas sem análise.
- **Onde existe análise de gênero, ela não influencia as políticas públicas.** Em quatro países, a questão de “gênero” foi tratada como um mero complemento, em vez de orientar a condicionalidade ou as alternativas políticas.
- **Não houve avaliação do impacto de gênero nas recomendações de política do FMI.** Em nenhum dos documentos analisados foi encontrada uma avaliação do impacto de gênero dos gastos sociais, da folha salarial ou das orientações tributárias.
- **O FMI ultrapassa os limites e invade o território da igualdade de gênero sem mandato.** As recomendações sobre disparidades salariais, licença parental e cuidados infantis ecoaram o trabalho da ONU Mulheres, em vez de avaliar o impacto de gênero das próprias recomendações do FMI.
- **O FMI não analisou o impacto de suas próprias recomendações sob a perspectiva de gênero.** Apesar das evidências claras de que impostos regressivos, cortes salariais e redução dos serviços públicos oneram desproporcionalmente as mulheres, nenhum dos documentos continha uma análise dessas conexões.



Lerato é integrante do grupo Young Urban Women (YUW) em Blantyre, no Malawi. Aqui, ela aparece na foto com as outras integrantes do grupo. Ela é uma defensora apaixonada por mudanças. “Vou fazer mais campanhas por mudanças; acredito que a mudança vai acontecer. Mas, se eu não disser nada sobre a mudança, continuarei a mesma até morrer. Por isso, se eu fizer mais campanhas e falar mais, sei que as pessoas vão me ouvir.”
CRÉDITO: THOKO CHIKONDI / ACTIONAID.

Análise qualitativa das recomendações do FMI aos países sobre igualdade de gênero (fevereiro de 2022 – fevereiro de 2025)

XX Regressivo: A questão de gênero é abordada, mas instrumentalizada e usada para justificar políticas regressivas. ↓	X Cego a: A questão de gênero não está incluída. ↓	/ Superficial: A questão de gênero é abordada, mas de forma superficial e sem conexão com outras políticas macro (p. ex., dívida, serviços públicos). ↓	✓ Significativo: A análise de gênero é substancial e significativa, levando à discussão de políticas de contrapartida e alternativas. ↓	✓✓ Transformador: Promove macro-reformas com o objetivo explícito de eliminar os fatores econômicos sistêmicos da desigualdade de gênero. ↓
	GHANA	BRASIL		
	MALAUÍ	QUÊNIA		
	NEPAL	SENEGAL		
	NIGÉRIA	UGANDA		
	REINO UNIDO			
	ZIMBÁBUE			
	ZÂMBIA			

Visão geral e conclusões

O relatório conclui que:

- **O FMI não possui uma definição clara de gastos sociais ou proteção social** que possa ser usada de forma consistente e sistemática. O FMI se recusa a apoiar quaisquer parâmetros ou diretrizes (ou mesmo oferecer um ponto de referência mínimo) sobre a porcentagem do PIB que diferentes países devem gastar com a folha de pagamento do setor público. Na prática, o FMI continua recomendando congelamentos e cortes que levam os países a níveis abaixo das médias regionais e globais de gastos sociais, criando uma pressão persistente para baixo sobre o quadro de funcionários do setor público.
- **O FMI não recomenda aumentos suficientes nas receitas fiscais.** Apesar de sua própria análise interna apontar essa como a chave para o financiamento dos ODS, o relatório também deixa de avaliar sistematicamente a regressividade ou progressividade dos sistemas ou políticas tributárias como um todo, ou de analisar o impacto geral das reformas recomendadas em diferentes segmentos da população.
- **O FMI falha sistematicamente em avaliar o impacto de gênero de suas próprias recomendações de política fiscal, de dívida e macroeconômica.** Apesar da Estratégia de Gênero do FMI e das orientações de equipe, há pouca ou nenhuma referência a “gênero” nos países estudados. Qualquer análise confiável demonstraria que os resultados das recomendações do FMI são regressivos – como muitos grupos de defesa dos direitos das mulheres têm demonstrado ao longo de décadas. A ausência de tal análise por parte do FMI leva à conclusão óbvia de que o FMI sabe que suas diretrizes políticas contribuem para o aumento das desigualdades ([Ostry et al. 2016](#)).

Nesta pesquisa, identificamos um padrão de **contradições entre a narrativa e os números nos documentos do FMI**. A *narrativa* frequentemente sugere que o FMI mudou de posição e considera mais os gastos sociais, chegando até a incentivá-los. Mas os *números* e as projeções, geralmente em tabelas nos anexos, contam uma história diferente. E é isso que impulsiona a implementação e tem peso junto aos ministérios da fazenda.

O FMI de hoje é o FMI de nossos avós, ainda a serviço dos interesses dos governos do Norte Global, dos credores e das empresas multinacionais, e profundamente irresponsável perante as pessoas cujas vidas e corpos ele molda e controla (Abdu 2020). O FMI desempenha um papel central nessa arquitetura financeira internacional colonial que persiste até hoje. Ele jamais servirá aos interesses dos povos do Sul Global, pois foi concebido para viabilizar a exploração deles. Em suma, o FMI continua a usar a mesma receita falida.

Os governos nacionais dos países de menor renda devem ouvir seus povos, que exigem o fim do controle coercitivo do FMI sobre suas economias, o fim da austeridade e o início de uma nova era de libertação econômica.



Margaret tem 15 anos e é de Marafa, no Quênia. Ela mora com os pais e seus 9 irmãos. Margaret frequentou a escola até o quinto ano, mas teve de sair quando seus pais — ambos desempregados — não conseguiram pagar as taxas escolares, que são cobradas apesar de a educação ser, em teoria, gratuita. Um centro de capacitação profissional ofereceu uma alternativa para ela, mas essa opção não está disponível para a maioria das meninas forçadas a abandonar a escola.

CRÉDITO: REHEMA BAYA / AFRICA FILM NETWORK / ACTIONAID



Três meninas de Manicaland, no Zimbábue, que conseguiram permanecer na escola e prosperar, superando as inúmeras forças que levam tantas outras meninas de sua comunidade a abandonar os estudos: pobreza, escolas com poucos recursos, gravidez, casamento precoce e preconceitos de gênero.

CRÉDITO: TENDAI MARIMA / ACTIONAID



actionaid



TWN
Third World Network



CENTER for ECONOMIC and SOCIAL RIGHTS



<https://actionaid.org>
Número de registro internacional: 27264198
Site: www.actionaid.org
Telefone: +27 11 731 4500
Fax: +27 11 880 8082
E-mail: mailjhb@actionaid.org

Secretaria Internacional da ActionAid,
Suite Postnet 248, Bolsa Privada X31,
Saxonwold 2132,
Joanesburgo,
África do Sul.
Junho de 2026

actionaid